



**ATA DA REUNIÃO DE
ONZE DE AGOSTO DE 2020**

-----No dia onze de agosto do ano de dois mil e vinte, no Auditório da Casa da Cultura de Góis, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Maria Helena Antunes Barata Moniz e António Rui de Sousa Godinho Sampaio.-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Andreia Rafaela Gaspar Vidal.-----

-----Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas catorze horas, solicitando que fosse retirado da ordem de trabalhos os seguintes assuntos: -----

-----3.7 – OBRAS PARTICULARES/JOÃO SIMÕES TOMÉ-----

-----3.8 – OBRAS PARTICULARES/GONÇALO FILIPE LUÍS BARATA-----

-----A senhora Presidente prestou os devidos esclarecimentos ao Executivo que deliberou por unanimidade anuir à sua proposta.-----

-----Seguidamente a senhora Presidente deu início à ordem de trabalhos.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – CAMPANHA DE ESTERILIZAÇÃO GRATUITA DE ANIMAIS DE COMPANHIA/FORMULÁRIO DE CANDIDATURA A APOIOS FINANCEIROS-----

3.3 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GÓIS DO ANO 2021/LISTA DEFINITIVA DE PROJETOS-----

3.4 – ÁGUAS DO CENTRO LITORAL/PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – ABASTECIMENTO A GÓIS POR VILARINHO (LOUSÃ)-----

3.5 – VICENTE & VICENTE/INCUMPRIMENTO DO PAGAMENTO DO LOTE 1 DA ZONA INDUSTRIAL DE GÓIS-----

3.6 – CIM RC/CANDIDATURA “CADASTRU RC – CADASTRO SIMPLIFICADO DO TERRITÓRIO RÚSTICO DA REGIÃO DE COIMBRA/PROPOSTA DE PROTOCOLO-----

3.7 – OBRAS PARTICULARES/FERNANDO MANUEL NEVES ALVES E SUSANA ISABEL ANTUNES FERREIRA-----

3.8 – OBRAS PARTICULARES/ÁLVARO MATOS BANDEIRA-----

3.9 – OBRAS PARTICULARES/TRANSERRANO - AVENTURA, LAZER E TURISMO, LDA -----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/MADS FAUSKE STORUM-----

3.11 – MADS FAUSKE STORUM/ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS AO ABRIGO DA ALÍNEA C) N.º 1 DO ARTIGO 6.º DO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS-----

3.12 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -----

– Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis-----

– Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis -----

– Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra -----

– Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra -----

– Associação Educativa e Recreativa de Góis-----

– Lousitânea – Liga dos Amigos da Serra da Lousã-----

3.13 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – A senhora Presidente informou o Executivo que o senhor Vice-Presidente não está presente na reunião por motivos de gozo de férias, considerando a sua falta justificada. -----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção agradecendo ao Executivo a disponibilidade e por terem viabilizado a alteração da hora da presente reunião em virtude de no período da manhã ter decorrido, na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), reunião de trabalho relativamente às candidaturas ao Programa Cultura em Rede. -----



-----Da referida reunião, a senhora Presidente informou que o Município de Góis irá integrar três projectos, com outros municípios. No projecto “Viver os Rios”, o Município de Góis assume a liderança e serão parceiros os Municípios de Oliveira do Hospital e Penacova. Este projecto tem como principal objectivo criar mais dinamização nas Praias Fluviais. No projecto “Dark Sky Party”, o Município de Góis é parceiro, juntamente com o Município de Arganil, sob a liderança do Município de Pampilhosa da Serra; Somos igualmente parceiros com o Município de Mira, no projecto “Foliar, Entre Montes e Mares” que será liderado pelo Município da Mealhada.-----

-----A senhora Presidente deu ainda conta que este programa envolve meios financeiros na ordem dos trezentos mil euros por candidatura e para garantir o seu sucesso a autarquia irá proceder á contratação de uma empresa de consultoria para apoiar na elaboração destas candidaturas, sendo esta despesa elegível.-----

----- Proseguiu a sua intervenção referindo que com o estado de alerta que o país ainda possui devido à pandemia COVID-19, a organização da Concentração Moto turística ficou condicionada, tendo o Góis Moto Clube apresentado um programa mais restrito. Informou ainda que, em articulação com a cessante Direcção, tem previsto uma intervenção na zona do Baião dotando-a de infra-estruturas permanentes como rede de águas e saneamento, iluminação, colocação de instalações sanitárias, tornando aquele espaço adequado para que ao longo do ano possam decorrer outras iniciativas. Assim, desafiou o Técnico Pedro Barata para a elaboração de um estudo prévio, que o apresentou de seguida. Este documento vai ser disponibilizado a algumas entidades, nesta fase de recuperação e resiliência, com vista a obtenção de apoios financeiros. Deu ainda conta que este projeto é transversal à ciclovia, circuito de manutenção e interface com a Estrada Nacional de 2.-----

-----A senhora Presidente felicitou a Comissão de Melhoramentos de Ádela pelo lançamento do livro “Memórias de Poesia e de Prosas” da autoria de José Fernandes de Almeida que se realizou no p.p. dia 07/08/2020, com as devidas medidas de segurança recomendadas pela DGS face á pandemia COVID-19.-----

-----Continuou, dando conta que autarquia foi convidada a participar no programa da rádio RFM alusivo à Rota da Nacional 2, que irá decorrer de 14 a 23 de agosto, e será transmitido no dia 18 a partir da Vila de Góis. Referiu ainda, que efectuou diligências para que este programa fosse transmitido em Álvares, contudo, após visita efectuada pela equipa da RFM com os técnicos da autarquia, verificou-se que não estavam reunidas as condições logísticas para garantir o sucesso da transmissão do programa devido às dimensões do camião e da fraca rede móvel. -----

-----Relativamente ao Feriado Municipal, renovou o convite a todo o Executivo para se associar á sessão solene, este ano mais restrita devido à pandemia, referindo que apesar de não haver distinções honoríficas, ao longo do ano haverá outros momentos e outras condições para a sua concretização. -----

-----Deu ainda conta da reunião realizada com o senhor Secretário Executivo da CIM-RC, Dr. Jorge Brito, onde foi feito ponto de situação de dossiers, com resultados positivos, que terminou com uma visita à Praia Fluvial do Sinhel, uma vez que esta empreitada será objecto de financiamento no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial. -----

-----A senhora Presidente informou o Executivo que a autarquia está a ser auditada pela Inspecção Geral de Finanças, tendo de responder no prazo de 15 dias aquela entidade, relativamente ao *“Controlo das dívidas resultantes da recuperação de áreas e equipamentos afectados por incêndios ou outras circunstâncias excepcionais e impacto do regime excepcional das redes de faixas de gestão de combustível – Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro.”*-----

-----Deu ainda conta da candidatura efectuada pelo Gabinete Técnico Florestal ao abrigo do apoio a projetos no âmbito da conservação da natureza e da biodiversidade, direccionados a *“Condomínio de aldeias — Programa de apoio às aldeias localizadas em territórios de floresta”* gerida pelo Fundo Ambiental. A presente candidatura tem como objetivo principal tornar a área envolvente e por conseguinte a própria Aldeia de Ádela mais resiliente aos incêndios rurais, aproveitando as infraestruturas existentes bem como a revitalização das práticas culturais ancestrais (exploração do olival e do souto -

castanheiros) utilizadas na área do projecto, fomentando a presença de espécies autóctones, bem adaptadas à zona de intervenção, engrandecendo o equilíbrio natural do ecossistema.-----

----A senhora Presidente terminou a sua intervenção informando o Executivo que reuniu com a atual direção do Gois Moto Clube, o senhor Sargento Santos e a Alferes Ferreira relativamente às iniciativas que se irão realizar no dia 15 de agosto. Mais referiu, que mesmo à distância o senhor Delegado de Saúde emitiu o seu parecer e face aos inúmeros pedidos que têm chegado à autarquia para venda ambulante neste período de maior afluência, estes não serão autorizados, com base nas recomendações emanadas pela autoridade de saúde local. -----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES - O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio iniciou a sua intervenção felicitando a senhora Presidente pelo estudo prévio apresentado pelo Técnico Pedro Barata, referindo tratar-se de um bom projecto para o futuro e que permitirá a criação de novos eventos na Quinta do Baião.--

----Continuou a sua intervenção, referindo ter sido interpelado por alguns munícipes que reclamaram a ausência de resposta da Câmara Municipal aos seus pedidos, passando a relatar: a munícipe Joana Henriques alerta para a necessária limpeza nos terrenos contíguos aos seus, sito nas Cortes, dado que se atravessamos um período crítico para a época de Incêndios; o munícipe José Manuel Vasconcelos Lopes, em nome da Comissão de Melhoramentos da Póvoa de Góis solicita a intervenção da autarquia na estrada que liga a povoação da Póvoa de Góis com a de Bordeiro, em particular no que diz respeito à limpeza das faixas de gestão da rede viária; o munícipe José Manuel Sanches Nogueira efectuou um pedido de alteração de uso do alvará de autorização de utilização numa loja no Pombal uma vez que existe a possibilidade de naquele espaço vir a instalar-se uma Loja de Veterinário, serviço que considera fazer falta no concelho, dado que os munícipes têm de se deslocar para fora do concelho quando necessitam destes serviços; a munícipe Emília Nogueira solicitou resposta ao seu pedido de legalização de edificação destinada a anexo de apoio à exploração pecuária na localidade de Várzea Pequena, freguesia de Vila

Nova do Ceira; o senhor António da Anunciação Duarte continua a remeter vários e-mails relativamente à aplicação da taxa do IVA nas tarifas de resíduos sólidos e saneamento aplicado pela APIN, situação que já dura algum tempo. Assim, sugeriu que fosse solicitado à Autoridade Tributária que se pronunciasse sobre este assunto de forma a clarificar de vez o município sobre o presente assunto. -----

-----O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio continuou a sua intervenção referindo que uma vez que a Estrada nº 342 irá ser cortada ao trânsito, há necessidade de os automobilistas recorrerem a vias alternativas, tendo questionado se a autarquia efectuou melhoramentos nessas vias. -----

-----Terminou a sua intervenção referindo que ao longo dos últimos dias tem-se verificado um grande afluxo de motociclistas e por essa razão questionou se está acautelado a presença das forças de segurança neste período de maior afluência de pessoas.-----

-----A senhora Presidente referiu que irá validar a informação prestada pelo senhor Vereador e verificar qual o trabalhador responsável por cada um dos assuntos reportados. Relativamente ao pedido de alteração alvará de autorização de utilização, referiu que se trata de um processo que implica uma vistoria ao edifício, referindo que atravessamos um período em que alguns técnicos se encontram em gozo de férias, situação que pode originar algum atraso na marcação das vistorias. Mais referiu, que o mês de agosto tem sido atípico, uma vez que existe uma série de candidaturas que têm que ser submetidas até ao dia trinta e um, o que implica a afectação de técnicos para a sua concretização. No que diz respeito ao pedido legalização, a senhora Presidente referiu que no dia anterior reuniu com a Arquitecta do Projecto, tendo tido a oportunidade de apresentar as suas desculpas pela demora dos serviços da DGUPA, contudo relembrou que este processo surge no âmbito de obras clandestinas, referindo que os munícipes devem primeiro proceder ao licenciamento e depois à construção. ----

-----A senhora Presidente referiu que relativamente ao corte de trânsito da Estrada Nacional 342 tem efectuado contactos com as Infraestruturas de Portugal, dona da obra, que informou que a empresa responsável pela sua execução está irredutível em permitir a circulação alternada do trânsito, durante o decorrer da obra, não havendo outra

alternativa se não o corte total da estrada. Mais referiu, ter consciência dos transtornos causados e insistiu com a IP que as alternativas existentes são limitadas, tendo aquela entidade sugerido que a autarquia enviasse um registo fotográfico do estado das vias alternativas. -----

----Terminou referindo que no fim-de-semana estará previsto um reforço das forças de segurança dado que se prevê a passagem e afluência de muitos motociclistas, porquanto sabemos que o alojamento local está praticamente lotado. -----

-----A senhora Presidente solicitou aos Vereadores que fosse dada a palavra ao público, antes da intervenção dos senhores Vereadores do Grupo de Cidadãos Eleitores Independentes por Góis, face ao adiantado da hora, tendo o Executivo anuído à sua proposta. -----

-----Usou da palavra a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz que iniciou a sua intervenção fazendo referência à obra na estrada nacional 342, junto ao Pontão do Seladinho, julgando que, à semelhança da anterior obra efectuada junto ao cruzamento das aldeias do xisto, o trânsito poderia circular de forma alternada, referindo que o corte total das estrada irá causar um grande transtorno, compreendendo as preocupações dos munícipes presentes na sala. Mais referiu, que outra situação que lhe causa alguma preocupação diz respeito ao pontão sobre o Rio Sótão tendo dúvidas se este estará em condições para a passagem de viaturas pesadas e ligeiros. Referiu ainda que as diligências que vierem a efectuar resolvam esta situação que virá causar bastantes transtornos aos habitantes daquelas zonas. -----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz continuou a sua intervenção felicitando a senhora Presidente pela adesão ao programa “Domingão”, referindo que em anteriores reuniões do executivo já tinha apelado à participação nestes programas que promovem localidades e suscitando assim curiosidade para quem os quer visitar. Mais referiu, que este programa, independentemente de se gostar ou não do estilo, foi muito bem conseguido a nível paisagístico, publicando excelentes imagens do concelho. Referiu ainda que, em comparação com o programa da RTP exibido na semana anterior, o qual considerou bem conseguido ao nível das entrevistas realizadas e que

deram a conhecer a cultura popular de Góis, bem como os entrevistados que estiveram à altura da promoção do concelho, considerou que ficou aquém na sua localização cuja escolha recaiu em recinto fechado. Referiu ainda, que na última reunião alertou para a limpeza das ervas na Praia de Ponte do Sótão que infelizmente continuaram e apareceram na televisão, lamentando essa situação.-----

-----Continuou a sua intervenção, questionando para quando está prevista a reparação da rampa junto à repartição de finanças, que considera ser um mau cartão de visita para os turistas, sendo que na sua opinião está obra não carece de muito tempo para que seja reposta a normalidade.-----

-----Deu ainda conta da necessidade de se efectuar uma limpeza no passeio lateral junto ao edifício da caixa geral de depósitos, e o embelezamento do espaço onde está localizado um banco. -----

-----Proseguiu a sua intervenção referindo-se à toponímia na vila de Góis, em particular no edifício onde a Câmara Municipal possui algumas fracções, e onde funcionam alguns serviços públicos, alertando que o edifício tendo duas portas, uma na frente e outra na parte de trás, e possui o mesmo número, já originou a entrega de correspondência de forma indevida e alguns constrangimentos. -----

----Terminou a sua intervenção felicitando a senhora Presidente pela elaboração do estudo prévio para intervir no Parque do Baião. -----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues iniciou a sua intervenção elogiando o sucesso do programa “Domingão”, considerando que este meio audiovisual potenciou o concelho, as nossas paisagens e contribuiu para o aumento do número de visitantes durante a semana. Congratulou-se ainda pela apresentação deste estudo prévio, considerando-se um defensor das estruturas amovíveis e porquanto considerou este uma ideia dinâmica, polivalente, e que pode potenciar a realização de outras actividades no Parque do Baião felicitando os técnicos da câmara pelo trabalho efectuado, ressaltando que este devem chamar a atenção para todas as questões técnicas. -----

-----A senhora Presidente deu conta que tem solicitado à Equipa de Intervenção Permanente (EIP) para que façam a limpeza em alguns espaços municipais, principalmente onde existem contentores para resíduos, referindo que irá dar indicações para que procedam à limpeza no local referenciado pela senhora Vereadora. Relativamente à toponímia informou que irá encontrar um solução tendo já proposto a entrada para o edifício por uma única porta.-----

----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Moniz sugeriu que fosse atribuído um número diferente a cada entrada como por exemplo porta da frente número 10 e porta de trás com o número 10-A.-----

----Relativamente à rampa, a senhora Presidente questionou a senhora chefe da DGUPA sobre o ponto de situação, tendo a mesma informado que tem contactado a empresa Carlos Gil, Lda. que informaram que devido ao COVID-19 não tem recursos humanos suficiente para fazer esta intervenção no imediato. Questionada pela senhora Presidente, a senhora Chefe da DGUPA informou que em alternativa à empresa Carlos Gil, Lda, a correção do nível da rampa poderia ser executada por administração directa. -----

----A senhora Presidente informou que os serviços da autarquia estão devidamente autorizados para proceder aos trabalhos de correcção do nível da rampa. -----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: -----

----a) Usou da palavra o senhor António Machado, de Albergaria referindo que à oito meses caiu uma barreira na Rua da Barroca para terreno privado, referindo que a sua queda resultou de trabalhos da autarquia mal executados, nomeadamente aquando da colocação de um tubo para captação de água. Mais referiu, que a Câmara Municipal foi alertada mais do que uma vez e nada fez, e se tivesse havido uma intervenção nas estradas envolventes da localidade de Ponte Sótão, o corte da estrada nacional de 342, devido às obras junto ao Pontão do Seladinho, não causaria tanto transtorno, porquanto não seria necessário por exemplo, um morador da Alegria, ter que ir a Sacões para poder se deslocar ao centro da Ponte do Sótão. Continuou, questionando qual a responsabilidade da autarquia na colocação das placas de toponímia, referindo que na

Albergaria existe uma rua com várias denominações (Rua do Ribeiro, Rua do Além, Rua do da Barroca, Largo do Lavadouro, Rua do Serradinho e a Rua Principal), referindo que esta última placa está colocada num espaço sem casas, onde apenas está instalado o seu estaleiro. Referiu ainda que é caçador e no momento da renovação dos documentos é-lhe solicitado pela polícia o número de porta, solicitando à autarquia a resolução desta situação. -----

-----b) Usou da palavra o senhor Luís Farinha, proprietário do terreno para onde abateu a barreira na Rua da Barroca referindo que por diversas vezes reportou a situação de perigo que se encontra naquele local, nomeadamente ao senhor Nuno Lopes, secretário do GAV, à senhora Eng^a Maria de Lurdes, Chefe da DGUPA, ao senhor Vice Presidente, Mário Garcia não tendo sido nada feito. Mas referiu, que o tempo vai passando e não gostaria de recorrer a outras instâncias para resolver a situação, dando ainda conta que não usufrui do seu terreno por existir um grande tronco de uma árvore resultante da derrocada. Referiu ainda, que junto da sua habitação existe uma estação elevatória para captação de água que faz um ruído tremendo, em particular no período nocturno, sugerindo a insonorização do edifício. Terminou a sua intervenção referindo que existe uma casa devoluta em perigo de derrocada, junto à sua habitação tendo já alertado o Sr. Nuno Lopes para esta situação. -----

-----c) Usou da palavra o senhor Jorge Martins da Ponte Sótão referindo que segundo informação obtida existirá na obra da Estrada Nacional 342 uma faixa que permite a passagem dos bombeiros, questionando se não era possível utilizar essa via num horário em que a obra não estivesse a decorrer, uma vez que todos os dias necessita daquela estrada. Referiu ainda que é necessário proceder à limpeza das mimosas na estrada que vai do Santuário à Portela de Albergaria. Terminou questionando quem tem a responsabilidade em verificar se as limpezas dos terrenos cumprem com as distâncias de segurança exigidas e quem deve verificar que os proprietários não limpam. -----

-----A senhora Presidente informou que relativamente às limpezas dos terrenos são muitos poucos os privados que cumprem e que por iniciativa própria fazem a limpeza dos seus terrenos e se tudo corre-se como gostava a Fiscalização Municipal fazia um trabalho

pedagógico de alerta e sensibilização aos proprietários para a limpeza dos terrenos. Mais referiu que existe alguma dificuldade em identificar proprietários e nessas situações, tal como com proprietários idosos, com dificuldades em limpar os terrenos, a autarquia teria substituir-se aos donos dos terrenos para a limpeza dos mesmos. -----

----Relativamente à Estrada Nacional 342 e à estrada da Barroca a senhora Presidente referiu que no que diz respeito ao problema exposto pelo senhor Luís Farinha, o assunto não foi directamente tratado pela sua pessoa, havendo três pessoas da Câmara Municipal que tinham conhecimento da situação estando envolvidas na sua resolução. Mais referiu que no momento em que teve conhecimento da situação tentou conciliar com o município uma visita ao local, interessando-se de imediato por este problema, lamentando que a situação ainda se encontre por resolver. Mais referiu, que esta estrada constitui-se como alternativa à Estrada Nacional 342, durante o período das obras, comprometendo-se nos próximos dias a encontrar uma solução e tornar a estrada transitável. Quanto ao pedido de alternância dos sentidos na estrada nacional 342 durante o decorrer das obras, a senhora Presidente irá contactar as Infraestruturas de Portugal para se tentar encontrar a melhor solução contudo tem dúvidas que este seja autorizado porque o responsável da obra não assume responsabilidade em caso de acidentes.-----

----Relativamente à toponímia a senhora Presidente terá de verificar no local a situação, dando conta que a atribuição nome das ruas, um trabalho que deveria estar concluído à décadas, não é da responsabilidade da Presidente da Câmara Municipal, sendo um trabalho conjunto entre a autarquia, as Juntas de Freguesia, colectividades locais e outras entidades. -----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR – De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e oito de julho do ano de 2020, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.2 – CAMPANHA DE ESTERILIZAÇÃO GRATUITA DE ANIMAIS DE COMPANHIA/FORMULÁRIO DE CANDIDATURA A APOIOS FINANCEIROS –

A Câmara tomou conhecimento do formulário de candidatura a apoio financeiro no âmbito da Campanha de Esterilização Gratuita de animais de Companhia.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues questionando quem será o interlocutor da Câmara Municipal neste projecto. -----

-----A senhora Presidente informou que quem acompanha este assunto é habitualmente a Técnica Superior Helena Pedruco com o apoio do senhor Encarregado José Nunes. Mais referiu, que existe e um pedido de mobilidade para a referida técnica ir para outro serviço e este processo terá de ser passado a outro técnico, sempre com a colaboração do senhor Veterinário Municipal, Dr. Rui Pedroso. Referiu ainda que irá ser elaborado pelo serviço de design e imagem da câmara panfletos a divulgar esta iniciativa. Deu ainda conta que estão a ser efectuadas a démarches necessárias para a construção do centro de recolha animal, em Arganil, ainda que com alguma morosidade. -----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo ter sido interpelada por munícipes que questionaram qual o seu grau de responsabilidade, porque sendo animais de rua é impossível as pessoas controlarem os actos destes animais. Mais referiu, que quem assumir esta responsabilidade, provavelmente fará um seguro o que implica custos financeiros. -----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio sendo sua opinião que se o chip não fosse obrigatório este projecto teria mais sucesso, considerando necessário repensar numa estratégia diferente. -----

-----A senhora Presidente referiu que este é o início de um longo caminho e a Câmara Municipal poderá criar incentivos para promover a adopção destes animais. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.3 – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GÓIS DO ANO 2021/LISTA DEFINITIVA DE

PROJETOS – Foi presente a informação nº 4130, datada de 05.08.2020, da Equipa Técnica do Orçamento Participativo 2021, a qual apresenta lista definitiva das propostas apresentadas, no âmbito do Orçamento Participativo de Góis, com execução física

prevista para o ano de 2021 que passam para a fase de votação, na sequência da análise técnica e discussão pública/audiência prévia realizada pelo período de 10 dias úteis.-----

-----A senhora Presidente referiu que a Equipa Técnica do Orçamento Participativo (OP) de Góis para o ano de 2021, nos termos do disposto no nº 4, do artigo 11º do Regulamento do OP de Góis e concluída a fase de análise técnica e discussão pública/audiência prévia de interessados, propõe que a Câmara Municipal delibere sobre a lista definitiva ou final dos projetos a passar à fase de votação e ainda que a torne pública, com os respetivos fundamentos da decisão. -----

-----Referiu que a proposta da lista definitiva ou final dos projeto do Orçamento Participativo de Góis para o ano 2021 é a seguinte:-----

-----Orçamento Participativo Jovem 2021:-----

-----1. “Mupi Digital – Dar a conhecer o Concelho de Góis” – Proponente – Nuno Alves.---

-----Orçamento Participativo Geral 2021:-----

-----1. “Área de Serviço Autocaravanas e Parque de Pernoita” – Proponente – Telmo Simões.-----

-----2. “Dois outdoors de “Boas Vindas” em Góis e Vila Nova do Ceira” – Proponente - António Machado.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que tem um apreço especial pelo edifício Casa da Cultura de Góis, recordando que nas diversas reuniões tidas enquanto presidente da Direcção da AERG com o Executivo à data, composto pelo senhor José Girão Vitorino, Engº Diamantino Garcia e a Vereadora Maria Helena Moniz, uma das pretensões foi manter a fachada que actualmente presenciamos, por diversas razões. Referiu ainda que, apesar de considerar interessante a proposta do proponente Nuno Miguel Almeida Alves, considera também esta completamente desenquadrada no que à localização diz respeito, pelo que a sua concretização viria desvirtuar a fachada da Casa da Cultura de Góis, não merecendo o seu voto favorável. Mais referiu não concordar com a retirada do banco, lembrando os motivos da sua colocação. -----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo não concordar com a colocação do Mupi quer na fachada da Casa da Cultura quer no Adro da Igreja de Vila Nova do Ceira, sendo que neste último local a respectiva junta de freguesia ou a paróquia local deveriam pronunciar-se a este respeito.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Moniz mencionando que recorda bem as reuniões tidas com a AERG onde também defendeu a manutenção desta fachada, por razões sentimentais. Referiu ainda não concordar com esta proposta no entanto refere que a não definição de um local foi um dos critérios que inviabilizou a sua passagem na primeira fase. Ainda assim, considera que a proposta inicial tinha mais sentido, porque abrangia as quatro freguesias do concelho. Realçou ainda que, com esta nova proposta de localização, existem duas propostas no Orçamento Participativo Geral e Orçamento Participativo Jovem, que acabam por cingir a sua localização às Freguesias de Góis e Vila Nova do Ceira, deixando as restantes freguesias de fora. -----

-----A senhora Presidente da Câmara informou que as propostas podem ser apresentadas sem que seja definido o local exacto, referindo que existe no concelho outros espaços onde estes equipamentos podem ser colocados e com maior destaque e visibilidade. ----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, que sejam admitidas a votações as duas propostas do Orçamento Participativo Geral 2021. Deliberou ainda por unanimidade, que seja admitida a proposta do Orçamento Participativo Jovem 2021, condicionada ao local da sua implementação, que será definido pela Câmara Municipal, dado que a proposta apresentada (fachada da Casa da Cultura de Góis) não merece a concordância do Executivo.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.4 – ÁGUAS DO CENTRO LITORAL/PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – ABASTECIMENTO A GÓIS POR VILARINHO (LOUSÃ) – A senhora Presidente referiu que a empresa Águas de Portugal solicitou à Câmara Municipal que se pronuncie relativamente ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal – abastecimento a Góis por Vilarinho (Lousã). -----

-----Referiu que a Águas do Centro Litoral, S.A., foi criada pelo decreto-Lei nº 92/2015, de

29 de maio. De acordo com o nº 1 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 319/94, de 24 de dezembro, com as alterações introduzidas pela publicação do Decreto-Lei nº 195/2009, de 20 de agosto, “Regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público” a exploração e gestão dos Sistemas Multimunicipais atrás citados consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusividade. -----

-----Referiu que o abastecimento de água a Góis é parte integrante do compromisso estabelecido com o Município de Góis em sede de Contrato de Concessão, sendo que o que estava inicialmente previsto em Contrato de Concessão e, no que diz respeito ao abastecimento de água a Góis, era a criação de um sistema de abastecimento autónomo, com a construção de uma nova captação no rio Ceira e de uma ETA em Góis. No entanto, derivado dos incêndios ocorridos em 2017 e das chuvas intensas que aconteceram posteriormente a qualidade da água do rio Ceira deteriorou-se sendo verificado regularmente pela Câmara Municipal de Góis uma turvação acentuada a qual impede o abastecimento de água a partir da captação da Escarnida, que é responsável pelo abastecimento da maior zona do concelho de Góis. Referiu que em sede de desenvolvimento do estudo prévio para análise da melhor solução de abastecimento de água a implementar em Góis entendeu-se desenvolver uma alternativa de abastecer Góis através do Sistema Boavista, com origem da água em Coimbra, mais precisamente do ponto de entrega de Vilarinho (Lousã). Referiu que esta alternativa inclui a construção de uma conduta destes o Ponto de entrega de Vilarinho, na Lousã, até uma Estação Elevatória a construir em Reguengo. Posteriormente seguirá uma outra conduta elevatória até ao Reservatório a construir em Albergaria, seguido de uma nova consulta adutora até ao Reservatório de Góis e Ponto de Entrega na Portela, permitindo assim o abastecimento dos sistemas em baixa de Góis. Esta solução garante o abastecimento de água com quantidade e com qualidade a Góis cumprindo assim com as acessibilidades e expetativas do Município.-----

-----A senhora Presidente referiu que este projeto está em desenvolvimento estando os traçados e intervenções em condições de serem apresentados à Câmara Municipal de



Góis para efeitos de Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal, associado ao projeto designado por “Abastecimento a Góis por Vilarinho (Lousã). Neste sentido, referiu que a Águas do Centro Litoral solicitaram que seja reconhecido o interesse público para este investimento, instrumento que será essencial para a obtenção das devidas autorizações e pareceres junto das competentes entidades licenciadoras.----

-----A senhora Presidente propôs ao Executivo que o Reconhecimento de Interesse Público Municipal fosse deliberado numa próxima reunião de executivo, desde que previamente seja possível conhecer o projecto e que o Executivo possa reunir com a Águas do Centro Litoral, considerando que este assunto deve ser devidamente aprofundado. -----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues questionando se não seria possível, após apresentação da Águas do Centro Litoral, elaborar um estudo técnico sobre esta proposta de forma a verificar-se se esta é efectivamente a proposta que mais interessa à Câmara Municipal. -----

-----A senhora Presidente informou que primeiramente devemos perceber no que consiste esta proposta para de seguida se necessário apresentar uma contraproposta.--

-----Interveio o senhor Vereador António Rui Godinho de Sousa Sampaio referindo que é igualmente importante perceber se os custos deste projecto são da Câmara Municipal ou da APIN ; se é competência da Câmara Municipal ou da APIN encontrar a alternativa ao abastecimento de água e se esta é a melhor proposta. Relembrou ainda que no estudo efectuado pela APIN o concelho de Góis é o que dispõe de mais minas de água.-----

----A senhora Presidente referiu que é importante perceber em que se consubstancia a proposta, os custos associados, se há uma articulação com a APIN, sugerindo convidar o Conselho de Administração da APIN para se associar à reunião com a Águas do Centro Litoral, sugerindo que o presente assunto fique condicionado até à data da realização da aludida reunião, propondo o seu agendamento a partir do dia 1 de Setembro. -----

----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, anuir à proposta da senhora Presidente.-----

3.5 – VICENTE & VICENTE/INCUMPRIMENTO DO PAGAMENTO DO LOTE 1 DA ZONA

INDUSTRIAL DE GÓIS – A senhora Presidente referiu que a empresa Vicente & Vicente - Indústria de Iluminação e Decoração, Lda., solicitou a prorrogação do prazo de pagamento em dívida, durante seis meses, relativamente à aquisição do Lote 1 da Zona Industrial de Góis. Neste sentido, referiu que solicitou ao Gabinete Jurídico da Câmara Municipal que se pronunciasse sobre o referido processo, colocando o presente assunto à consideração do Executivo.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo ter dúvidas sobre o seu sentido de voto, perante a informação disponível, que considera pouco clara e objectiva, dificultando a tomada de uma decisão devidamente sustentada.

-----Interveio o senhor Vereador António Rui Godinho Sousa Sampaio sugerindo a elaboração de um quadro à semelhança dos efectuados no âmbito do pagamento de água em prestações, de forma a clarificar o Executivo do montante em dívida e do cumprimento das prestações mensais que o Executivo autoriza. A elaboração de um documento desta natureza permitia que os serviços de contabilidade monitorizassem os pagamentos em prestações, com outro rigor e eventualmente os processos não se arrastavam até á situação de cobrança coerciva.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, remeter o presente assunto ao senhor Consultor Jurídico Dr. Pedro Pereira Alves para a emissão de um parecer mais claro e objectivo, uma vez que não estavam reunidas as condições para que o Executivo efectivasse uma deliberação clara e sustentada. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.6 – CIM RC/CANDIDATURA “CADASTRU RC – CADASTRO SIMPLIFICADO DO TERRITÓRIO RÚSTICO DA REGIÃO DE COIMBRA/PROPOSTA DE PROTOCOLO

– Foi presente a proposta de protocolo a celebrar entre a CIM RC e o Município de Góis para o desenvolvimento do projeto “CADASTRU RC – CADASTRO SIMPLIFICADO DO TERRITÓRIO RÚSTICO DA REGIÃO DE COIMBRA”, tendo por base a matriz do Aviso nº CENTRO 62-2020 -10, a qual constitui o Anexo I da presente Ata.-----

-----A senhora Presidente referiu que o objetivo específico do presente concurso consiste

no reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da Administração Pública (objetivo temático 11 – prioridade de investimento 11.1 – Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem), nos termos previstos na alínea b) do artigo 81º do RECI. Referiu que as operações candidatas ao presente aviso deverão concorrer para a prossecução dos objetivos específicos, nos termos previstos no artigo 82º do RECI, visando a qualificação da prestação do serviço público, induzindo uma melhoria do seu desempenho e da sua capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos e das empresas, promovendo alterações de relacionamento com os cidadãos e ou empresas, transformação dos processos e alteração do modelo de oferta de bens e serviços públicos. Pretende-se com este concurso apoiar a realização de operações de capacitação de entidades da Administração Local, tendo como objetivo a implementação de medidas conducentes à promoção do procedimento de representação gráfica georreferenciada (RGG), previstos nos artigos 5º a 12º da Lei nº 78/2017, de 17 de agosto, relativa ao Sistema de Informação Cadastral Simplificado, no território dos Municípios que não dispõem de cadastro geométrico da propriedade rústica ou cadastro predial. Pretende-se, assim, assegurar condições para que os cidadãos identifiquem os seus prédios, através do sistema de informação cadastral simplificado e do procedimento de representação gráfica georreferenciada (RGG), promovendo a partilha de informação entre as entidades da Administração Local e da Administração Central.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, aprovar a celebração de Protocolo com a CIM RC no âmbito da candidatura “CADASTRU RC – CADASTRO SIMPLIFICADO DO TERRITÓRIO RÚSTICO DA REGIÃO DE COIMBRA”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.7 – OBRAS PARTICULARES/FERNANDO MANUEL NEVES ALVES E SUSANA ISABEL ANTUNES FERREIRA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 05.08.2020, relativa a reconstrução sobre demolição total de edificação destinada a habitação

unifamiliar, requerida por Fernando Neves Alves e Susana Isabel Antunes Ferreira, rua Olinda Ferreira Dias Nogueira, freguesia de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supramencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de obras (projeto de alterações).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.8 – OBRAS PARTICULARES/ÁLVARO MATOS BANDEIRA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 08.08.2020, relativa a construção de um muro de vedação, requerida por Álvaro Matos Bandeira, Regateira, freguesia de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supramencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de obras.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.9 – OBRAS PARTICULARES/TRANSERRANO - AVENTURA, LAZER E TURISMO, LDA – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 29.07.2020, relativa a construção de armazém, requerida por Transerrano - Aventura, Lazer e Turismo, Lda, S. Paulo, freguesia de Góis.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supramencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de obras (projeto de alterações).-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.10 – OBRAS PARTICULARES/MADS FAUSKE STORUM – Foi presente a informação da DGUPA, datada de 24.08.2020, relativa reconstrução de habitação unifamiliar, requerida por Mads Fauske Storum, Porto do Chão – Aldeia Velha, União de Freguesias de Cadafaz e Colmeal.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e, de acordo a informação técnica supramencionada, deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos de arquitetura e especialidades.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.11 – MADS FAUSKE STORUM/ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS AO ABRIGO DA ALÍNEA C) N.º 1 DO ARTIGO 6.º DO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

– A senhora Presidente informou que de acordo com a informação do Serviço Jurídico e de Contraordenações, datada de 05.08.20, o requerente Mads Fauske Storum, vem pedir

a isenção de pagamento de taxas municipais referentes à emissão de planta de localização e operação urbanística, ao abrigo da al. c) n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, doravante (RTORM). Mais informou que, foi confirmado junto da DGUPA o pedido surge na sequência do processo de comunicação prévia com registo MGD 2686, de 18 de maio, com registo 2020/450.10.204/35, no âmbito do regime excecional de controlo prévio previsto no decreto-lei n.º 130/2017, de 09.10, que estabeleceu um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe – incêndios de outubro, o qual se encontra a ser acompanhado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Este diploma legal dispõe no seu artigo 8.º - Isenção de taxas, que *“o órgão municipal competente pode deliberar a isenção de taxas que incidam sobre a comunicação prévia ou licença e a autorização de utilização apresentadas no âmbito do presente regime”*. A Assembleia Municipal na sua sessão ordinária, realizada em 17 de novembro de 2017, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de isenção de taxas que incidam sobre a comunicação prévia ou licença e autorização de utilização apresentadas no âmbito do regime excecional previsto no Decreto-Lei n.º 130/2017, durante um ano. Considerando que esse prazo já terminou, a alínea c) n.º 1 do artigo 6.º do RTORM prevê que estão isentas total ou parcialmente do pagamento de taxas municipais, as entidades ou pessoas, em casos excecionais devidamente justificados pela Câmara Municipal, quando estejam em causa situações de calamidade.-----

-----Acrescenta o artigo 7.º - Reconhecimento de isenções que: -----

-----1 - As isenções e reduções previstas no artigo anterior serão concedidas pela Câmara Municipal, mediante requerimento dos interessados, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, que deverá conter a identificação completa do interessado, a indicação das taxas de que requer isenção ou redução, a fundamentação e a seguinte documentação: -

-----a) Cópia do bilhete de identidade e cópia do cartão de contribuinte ou cartão do cidadão; -----

-----b) Documentos comprovativos dos factos que fundamentam a pretensão e outras

provas julgadas necessárias.-----

-----2 - O pedido de isenção será objeto de apreciação pelos serviços municipais competentes no prazo de 15 dias contados da entrega de todos os elementos indispensáveis à apreciação do pedido, cabendo à Câmara Municipal nos 15 dias seguintes deliberar sobre o deferimento do pedido e sobre a percentagem de redução no caso de não ser deferida uma isenção total. -----

-----3 - O indeferimento do pedido de isenção ou a falta de qualquer elemento necessário ao reconhecimento da isenção determina a imediata liquidação da taxa que seja devida.-

-----A senhora Presidente referiu que considerando que o pedido vem na sequência do regime excecional, previsto no diploma suprarreferido, decorrente de um regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado de catástrofe, e com base na documentação que serviu de suporte a que a candidatura fosse reconhecida, é parecer tanto da DGUPA, como do Serviço Jurídico e de Contraordenações que a Câmara reúne os pressupostos para deliberar favoravelmente a isenção requerida.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, isentar o requerente do pagamento de taxas municipais referentes à emissão de planta de localização e operação urbanística ao abrigo da al. c) n.º 1 do artigo 6.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e no âmbito dos incêndios de 2017 – habitações permanentes. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.-----

3.12 – MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia cinco de agosto do ano em curso, cujo documento constitui o Anexo II da presente Ata.-----

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GÓIS – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dez mil euros, cuja finalidade é o apoio mensal à atividade corrente.-----

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GÓIS – A Câmara tomou

conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dois mil e quinhentos euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento da Equipa de Intervenção Permanente (EIP) ao abrigo do Protocolo tripartido celebrado entre o Município, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis e a Autoridade Nacional de Proteção Civil (mês de agosto).-----

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor, da senhora Presidente, e dos senhores Vereadores José Alberto Domingos Rodrigues e António Rui de Sousa Godinho Sampaio, e um contra, da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a referida transferência corrente, no montante de cinco mil e cento e vinte euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento de projetos diversos e apoio nas parcerias (Ex: programa de medidas de emprego).-----

----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz apresentou a seguinte declaração de voto: “O seu voto contra consubstancia-se pelo facto da candidatura desta Entidade, de acordo com a informação técnica que acompanhou o Mapa de Transferências Correntes, não se encontra em conformidade com o Regulamento Municipal de Concessão de Subsídios.”-----

ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA – A senhora Presidente informou que decorreu no passado dia 28 de julho reunião conjunta entre a direcção da ADIBER e os Municípios que integram o território GAL(Góis, Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital). Dado que já tinha assumido outro compromisso profissional a senhora Presidente solicitou ao senhor Vice-Presidente que marcasse presença na referida reunião, estando ainda aguardar o seu reporte. Mais informou que, da referida reunião, resultou uma comunicação da ADIBER dando conta do compromisso assumido por todos em apoiar a ADIBER no mais curto espaço de tempo com o valor de 20.000€ por município.-----

----A senhora Presidente informou que não foi consultada previamente sobre o compromisso que parece ter sido assumido na aludida reunião, pelo que não assume qualquer responsabilidade nesta matéria, nem tão pouco a Câmara tem tesouraria para

assumir valores tão elevados. Acrescentou que a rubrica dos subsídios foi reforçada aquando da incorporação do saldo da gerência relativo ao ano 2019, mas, a maior parte das vezes, é reforçada com valores que estão inscritos em outras rubricas, o que significa que para se transferir apoios financeiros para as entidades de direito privado é claramente uma opção politica, mas também o reconhecimento de que há todo um trabalho que desenvolvem em prol do nosso concelho. Contudo não está em causa a valorização da instituição ADIBER mas sim a dificuldade orçamental para de imediato transferir valores na ordem dos vinte mil euros. Mais acrescentou, que se todas as Câmaras Municipais apoiarem a ADIBER na mesma medida que apoiou a Câmara Municipal de Góis, nos anos 2018 e 2019, há seguramente uma mudança da situação financeira da instituição e condições para regularizarem os seus compromissos perante trabalhadores e fornecedores.-----

-----Terminou informando o Executivo que só há condições para transferir o valor de cinco mil euros para apoio ao funcionamento da instituição, ficando a aguardar o momento do apoio financeiro que as restantes Câmaras Municipais se comprometeram na reunião de 28 de julho de 2020, onde a Câmara Municipal de Góis esteve representada pelo senhor Vice- Presidente. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com três votos a favor, da senhora Presidente e dos senhores Vereadores José Alberto Domingos Rodrigues e António Rui de Sousa Godinho Sampaio, e um contra, da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, aprovar a referida transferência corrente, no montante de cinco mil euros, cuja finalidade é o apoio ao funcionamento da instituição.-----

-----A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz apresentou a seguinte declaração de voto: “O seu voto contra consubstancia-se pelo facto da candidatura desta Entidade, de acordo com a informação técnica que acompanhou o Mapa de Transferências Correntes, não se encontra em conformidade com o Regulamento Municipal de Concessão de Subsídios.”-----

ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA DE GÓIS – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de

quatro mil euros, cuja finalidade é o apoio/comparticipação ao funcionamento das diversas seções da instituição.-----

-----Em conformidade com a alínea c) do nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo, i.e., *“Quando, por si ou como representantes ou gestores de negócios de outra pessoa, tenham interesse em questão semelhante à que deva ser decidida, ou quando tal situação se verifique em relação a pessoa abrangida pela alínea anterior”*, o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio não participou na votação da atribuição do subsídio.-----

LOUSITÂNEA – LIGA DOS AMIGOS DA SERRA DA LOUSÃ – A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a referida transferência corrente no montante de dois mil euros cuja finalidade é o apoio ao funcionamento conforme descrito na memória descritiva que integra a candidatura ao Regulamento Municipal de Concessão de Subsídios.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.13 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia dez de agosto do ano em curso, no montante de um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, trezentos e quarenta e três euros e cinquenta e nove cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE GÓIS DO ANO 2021/LISTA DEFINITIVA DE PROJETOS/ VICENTE & VICENTE/INCUMPRIMENTO DO PAGAMENTO DO LOTE 1 DA ZONA INDUSTRIAL DE GÓIS/ CIM RC/CANDIDATURA “CADASTRU RC – CADASTRO SIMPLIFICADO DO TERRITÓRIO RÚSTICO DA REGIÃO DE COIMBRA/PROPOSTA DE PROTOCOLO/ OBRAS PARTICULARES/FERNANDO MANUEL NEVES ALVES E SUSANA ISABEL ANTUNES FERREIRA/OBRAS PARTICULARES/ÁLVARO MATOS BANDEIRA/OBRAS PARTICULARES/TRANSERRANO - AVENTURA, LAZER E TURISMO, LDA /OBRAS PARTICULARES/MADS FAUSKE STORUM/ MADS FAUSKE STORUM/ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS AO ABRIGO DA ALÍNEA C) N.º 1 DO ARTIGO 6.º DO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS/ MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES /ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GÓIS/ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE



**BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GÓIS / ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA
BEIRA SERRA/ ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA/
ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA E RECREATIVA DE GÓIS/ LOUSITÂNEA – LIGA DOS AMIGOS DA SERRA
DA LOUSÃ-----**

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
